

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR



PROJETO
PESCAR
Atitudes que transformam vidas

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Em 31 de Dezembro de 2019

Relatório N° 06/19
FEVEREIRO/2020



SUMÁRIO

1 - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	3
2 - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.....	7
2.1 - ATIVO.....	7
2.2 - PASSIVO	8
3 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO	9
4 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
5 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	11
6 - NOTAS EXPLICATIVAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	12

1 - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs. Diretores da

FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Projeto Pescar, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas e o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Projeto Pescar em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil, e na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração e governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

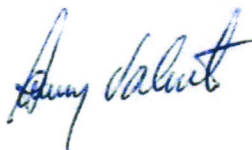
- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- avaliamos a adequação geral, estrutura, conteúdo e a aplicação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de

auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração da entidade a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2020.



Alexandre dos Santos Valente
Sócio – Responsável
Contador CRC/RS 52.679/O-0
CNAI 3.330
Capital Auditoria Contábil e Fiscal S/S
CRC/RS 1.979

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM
31/12/2019

FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR

2 - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Reais)

2.1 - ATIVO

A T I V O	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE	7.625.854,45	1.574.449,87
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.130,66	14.151,47
Aplicações Financeiras (Nota 4)	1.418.986,44	1.258.551,59
Contribuições a Receber (Nota 5)	466.146,48	275.932,11
Contas a Receber - Legado	112.173,53	-
Adiantamentos	30.508,00	24.220,00
Despesas Antecipadas	49.131,55	1.594,70
Estoque - Imóveis P/Venda - Legado (Nota 6)	5.542.777,79	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	20.551.654,00	10.160.249,76
Aplicações Financeiras - Fundo de Sustentabilidade (Nota 7)	19.541.196,34	9.143.333,20
Investimento (Nota 8)	981.361,93	981.361,93
Imobilizado (Nota 9)	29.095,73	35.554,63
TOTAL DO ATIVO	28.177.508,45	11.734.699,63

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR

2 - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em Reais)

2.2 - PASSIVO

PASSIVO	2019	2018
PASSIVO CIRCULANTE	881.885,01	541.367,49
Fornecedores Diversos	1.143,55	-
Prestadores de Serviços a Pagar	40.706,13	11.516,82
Cartão de Crédito Corporativo	2.908,36	-
Obrigações Trabalhistas (Nota 10)	14.500,77	16.231,67
Obrigações Sociais (Nota 10)	53.537,49	331,93
Obrigações Fiscais (Nota 11)	25.710,71	39,98
Provisões de Férias e Encargos	299.366,31	215.798,77
Contas a Pagar	648,36	239,70
Projetos Especiais (Nota 15 c)	443.363,33	289.401,22
Outros créditos	-	7.807,40
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	25.083.974,13	9.143.333,20
Fundo de Sustentabilidade (Nota 13)	19.541.196,34	9.143.333,20
Imóveis P/Venda - Legado (Nota 6)	5.542.777,79	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.211.649,31	2.049.998,94
Patrimônio Social (Nota 14)	2.049.998,94	1.925.207,51
Superávit/Déficit Acumulado	161.650,37	124.791,43
TOTAL DO PASSIVO	28.177.508,45	11.734.699,63

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR

3 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2019	2018
RECEITAS OPERACIONAIS	5.479.122,85	3.057.891,45
Doações de Mantenedores Institucionais (nota 15 a)	1.164.649,28	797.320,92
Doações de Mantenedores Rede Pescar (nota 15 a)	2.935.568,18	1.705.754,55
Doações de Pessoas Jurídicas (Nota 15 a)	16.106,78	36.361,28
Outras Doações de Projetos (nota 15 a, c)	1.048.349,63	302.155,55
Trabalho Voluntário (Nota 15 b)	546.490,97	471.523,48
(-) Trabalho Voluntário (Nota 15 b)	(546.490,97)	(471.523,48)
Nota Fiscal Gaúcha (Nota 15 a)	3.000,00	6.000,00
Doações de Pessoas Físicas (Nota 15 a)	15.498,84	-
Outras Receitas - Fundo de Sustentabilidade	295.950,14	210.299,15
DESPESAS OPERACIONAIS	(5.509.668,10)	(3.100.042,54)
Unidade Pescar Funcriança	(622.588,54)	(157.079,53)
Parceria - Ministério Público do Trabalho	(171.529,77)	(56.526,82)
Unidade Pescar - Demais Projetos	(252.271,36)	(81.158,41)
Despesas com Pessoal (Nota 16 a)	(3.463.681,01)	(2.121.699,57)
Cota Patronal INSS	796.779,33	471.523,48
(-) Isenção Cota Patronal INSS	(796.779,33)	(471.523,48)
Despesas Administrativas (Nota 16 b)	(999.597,42)	(683.578,21)
RESULTADO FINANCEIRO	30.545,25	42.151,09
Receitas Financeiras	37.956,96	45.245,61
Despesas Financeiras	(7.411,71)	(3.094,52)
SUPERÁVIT/DÉFICIT OPERACIONAL	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	147.307,97	124.791,43
Outras Receitas e Despesas	1.035,70	90,58
Outras Receitas - Fundo de sustentabilidade (Nota 13)	160.614,67	124.700,85
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO	161.650,37	124.791,43

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR

4 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	PATRIMÔNIO SOCIAL	AJUSTE DE EXERCÍCIO	SUPERÁVIT/DÉFICIT ACUMULADO	TOTAL
Saldo em 31/12/2016	1.803.908,52	99.266,60	36.638,40	1.939.813,52
Incorporação superavit acumulado	36.638,40	-	(36.638,40)	-
Ajuste Exercício Anterior (nota 17)	99.266,60	(92.991,81)	-	6.274,79
(Déficit) Superávit do Período	-	-	(20.880,80)	(20.880,80)
Saldo em 31/12/2017	1.939.813,52	6.274,79	(20.880,80)	1.925.207,51
Incorporação superavit acumulado	(20.880,80)	-	20.880,80	-
Ajuste Exercício Anterior (nota 17)	6.274,79	(6.274,79)	-	-
(Déficit) Superávit do Período	-	-	124.791,43	124.791,43
Saldo em 31/12/2018	1.925.207,51	0,00	124.791,43	2.049.998,94
Incorporação superavit acumulado	124.791,43	-	(124.791,43)	-
Ajuste Exercício Anterior (nota 17)	-	-	-	-
(Déficit) Superávit do Período	-	-	161.650,37	161.650,37
Saldo em 31/12/2019	2.049.998,94	0,00	161.650,37	2.211.649,31

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR

5 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		2019	2018
Resultado do Período		161.650,37	124.791,43
Ajustes ao resultado líquido			
(+) Depreciação		20.560,71	37.229,14
Resultado Líquido ajustado		(1) 182.211,08	162.020,57
Variações das Contas de Ativo e Passivo Operacional		(2) (15.695,23)	218.823,46
Aumento/Redução Contribuições a receber		(259.780,40)	(27.299,61)
Aumento/Redução Contas a Receber - PCLD		-	(10.375,64)
Aumento/Redução Adiantamentos		(48.895,50)	5.992,27
Aumento/Redução Despesas Antecipadas		(47.536,85)	11.702,62
Aumento/Redução Estoque - Imóveis P/Venda		(5.542.777,79)	-
Aumento/Redução Aplicações Longo Prazo		6.859.401,54	(1.207.298,32)
Aumento/Redução Aplicações Financeiras - Custódia		(17.257.264,68)	-
Aumento/Redução Fornecedores		1.143,55	(212,68)
Aumento/Redução Prestadores de Serviços a Pagar		29.189,31	11.516,82
Aumento/Redução Catão Crédito Corporativo		2.908,36	-
Aumento/Redução Obrigações Trabalhistas		(1.730,90)	(5.040,17)
Aumento/Redução Obrigações Sociais		53.205,56	(7.381,41)
Aumento/Redução Obrigações Tributárias		25.670,73	(491,71)
Aumento/Redução Provisão de Férias e encargos		83.567,54	28.448,64
Aumento/Redução Contas a Pagar		408,66	(2.950,12)
Aumento/Redução Fundo de Sustentabilidade		10.397.863,14	1.207.298,32
Aumento/Redução Estoque - Imóveis P/Venda		5.542.777,79	-
Aumento/Redução Projetos Especiais		153.962,11	224.786,05
Aumento/Redução Antecipações		(7.807,40)	(9.871,60)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais (1)		(1+2) 166.515,85	380.844,03
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(14.101,81)	(8.577,94)
Pagamento pela aquisição Imobilizado/Intangível		(14.101,81)	(8.577,94)
Caixa Líquido usado nas Atividades de Investimentos (2)		(3) (14.101,81)	(8.577,94)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Caixa Líquido usado nas Atividades de Financiamentos (3)			
Aumento Líquido ao Caixa e Equivalentes de Caixa		(1+2+3) 152.414,04	372.266,09
Caixa e equivalente de caixa no início do período		1.272.703,06	900.436,97
Caixa e equivalente de caixa no fim do período		1.425.117,10	1.272.703,06
Variação das contas Caixa/Bancos/Equivalentes		152.414,04	372.266,09

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR

6 - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A “FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR” é uma entidade de assistência social, sem fins lucrativos, que sob a inspiração de GERALDO TOLLENS LINCK, foi instituída pela LINCK S.A. - EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS E INDUSTRIAIS, adiante designada Fundadora, através de Escritura Pública lavrada pelo 6º Tabelionato da Comarca de Porto Alegre - RS, aos 02 (dois) dias do mês de agosto de 1995, de acordo com o artigo 24 e seguintes do Código Civil Brasileiro, regendo-se por Estatuto próprio e pela legislação pertinente.

A Entidade foi declarada de Utilidade Pública Federal, conforme Portaria nº 1.522 de 08/11/2002, publicado no D.O.U. de 11 de novembro de 2002, declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei n.º 10.052, de 22 de setembro de 2006 e declarada de Utilidade Pública Estadual, pela Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social do Estado do Rio Grande do Sul, através do título de n.º 002.198 e certidão de registro n.º 311.538 de 13 de maio de 2016.

Em 2019 a Fundação Projeto Pescar com a participação das organizações parceiras atendeu 1.760 (hum mil setecentos e sessenta) jovens em vulnerabilidade social.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e com as disposições aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, em especial a Resolução CFC 1.409/12.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

3.1 - Base de Preparação das demonstrações contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis requer a utilização de estimativas para o reconhecimento de certos ativos, passivos e outras transações e também o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações contábeis da Entidade incluem, portanto, estimativas que foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

a) **Ativos Financeiros**

Os instrumentos financeiros mantidos pela Entidade, representados pelas disponibilidades e aplicações financeiras estão classificadas como investimentos mantidos até o vencimento e registrados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos incorridos, que não é superior ao valor de mercado.

b) **Ativos Circulantes e Não Circulantes**

Os Ativos Circulantes e Não Circulantes, são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias auferidas, não excedendo seus correspondentes valores de realização.

c) **Investimentos**

O Investimento registrado é demonstrado ao custo da doação recebida, em conformidades com a certidão do Sétimo Cartório de Família e Sucessões, homologada em 15 de março de 2006, de acordo com o mencionado na nota explicativa nº 8.

d) **Imobilizado**

É demonstrado ao custo histórico de aquisição, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear com base em taxas anuais de depreciação, mencionadas na nota explicativa nº 9. A Administração analisou as taxas de

Depreciação em uso e entendeu que as mesmas estão apropriadas em relação aos níveis de utilização dos ativos.

Dentro do Imobilizado e sob o título de Intangível, estão registrados os bens relativos a aquisições de softwares, demonstrados pelo custo incorrido na aquisição, deduzidos do saldo da respectiva conta de amortização.

e) Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço, considerando a segregação entre curto e longo prazo, com base nos prazos dos vencimentos das respectivas obrigações.

f) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios, sendo observado o princípio da realização da receita e de confrontação das despesas.

g) Isenções Fiscais

Por ser constituída e desenvolver suas atividades como entidade de direito privado sem fins lucrativos, prestando exclusivamente os serviços para os quais foi instituída, a Entidade possui isenção da Cota Patronal INSS, do Imposto de Renda, da Cofins e do recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro, conforme artigo nº 174 do decreto nº 3.000/99 e artigo nº 15 da Lei nº 9.532/97.

h) Demonstrações dos Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

i) Demonstração do Resultado Abrangente

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada, uma vez que não existem itens que devam ser tratados nesta demonstração.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras estão compostas por aplicações em CDB – Certificado de Depósito Bancário, lastreados em CDI, com remuneração pós-fixada e em Fundos de Renda Fixa com perfil conservador. São classificados como investimentos mantidos até o vencimento, uma vez que a Entidade tem intenção e capacidade de mantê-los até o vencimento.

O montante de R\$ 1.418.986,44, registrados nesta rubrica, inclui R\$ 433.459,94 recebidos através de Convênios com o Ministério Público do Trabalho, na forma de TACs = Termos de Ajustamento de Conduta e/ou para financiar Projetos específicos, tal como identificados na composição do seu total.

Na sequência a composição do valor em saldo:

	2019	2018
CIRCULANTE - APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.418.986,44	1.258.551,59
BANRISUL AG.0025 CTA 06.015674.0-2 - VIP FI RF LP	552.389,19	274.923,55
BANRISUL AG.0025 CTA 06.015674.0-2 - SUPER CDB	433.137,31	0,00
BRDESCO AG.07192 CTA NR.0035899-1	0,00	705.519,83
BANRISUL AG.0025 CTA 06.119287.0-3 - Proj TOPCAR/MOTUL	42.842,57	45.635,98
BANRISUL AG.0025 CTA 06.123177.0-8 - Convênio MPT	68.072,53	232.472,23
BANRISUL AG.0025 CTA 06.123756.0-0 – Proj SULGAS	40.890,02	0,00
BANRISUL AG.0025 CTA 06.124057.1-2 - Convênio MPT	72.496,68	0,00
BANRISUL AG.0025 CTA 06.124057.0-4 - Doações ACI	8.686,18	0,00
BANRISUL AG.0025 CTA.06.124342.0-8 – Convênio MPT	200.471,96	0,00

5 - CONTRIBUIÇÕES A RECEBER

O saldo de contribuições a receber é formado por valores a receber de doações efetuadas por mantenedores. Valores que são utilizados para o pagamento de despesas fixas e para a expansão de novas unidades de atendimento da Entidade. A doação se dá por boleto e/ou depósito bancário.

CONTRIBUIÇÕES A RECEBER	2019
Contribuições a Receber Rede	344.610,14

Contribuições a Receber Institucional

121.536,34

TOTAL

466.146,48

6 – ESTOQUE – IMÓVEIS P/ VENDA – LEGADO SECCO

Com a homologação do Formal de Partilha do Legado de Carlos Eduardo Secco, recebemos imóveis que foram destinados / doados pelo mesmo à Fundação Projeto Pescar. Referidos bens foram contabilizados pelo valor total de R\$ 5.542.777,79, tal como relacionados individualmente no respectivo Formal. A legalização destes imóveis para o nome da Fundação, está tramitando junto aos Cartórios do Registro de Imóveis, para terem suas matrículas alteradas após o que, todos serão colocados à venda. Uma vez vendidos os imóveis, a destinação final deste valor integrará o montante do Fundo de Sustentabilidade. Os valores apurados serão transferidos para o Ativo Não Circulante, compondo as Aplicações Financeiras – Fundo de Sustentabilidade e seguirão mantidos em contra partida como Fundo de Sustentabilidade no Passivo Não Circulante.

Na sequência a identificação dos Imóveis e os valores pelos quais os mesmos foram avaliados, incluídos no Formal de Partilha e recebidos / contabilizados na Fundação Projeto Pescar:

Nº	ENDEREÇO / LOCALIZAÇÃO DOS IMÓVEIS	VALOR FORMAL DE PARTILHA
1	Aptmº 202 - Edif. Villa Maggiore - Bloco B - Rua General João Telles, nº 69	R\$ 191.666,67
2	Aptmº 1.502 - Edif. Jardim Independência - Av. Independência nº 1.138 - 4 Boxes de Garagem	R\$ 2.043.333,33
3	Aptmº 910 - Edif. Vivenda dos Salgueiros - Rua Anita Garibaldi, nº 2.381 - 2 Boxes de Garagem	R\$ 630.000,00
4	Fração de 1/3 dos Lotes nºs 01/02/03/04/05 Bairro Camaquã - Quarteirão da Otto Niemeyer, Jaguari, Dr. Pereira Neto	R\$ 733.333,34
5	Terreno Urbano, NO LOCAL Picada Sul, na Av. Martinho Poeta, nº 300 - Guaíba/RS	R\$ 1.944.444,45
VALOR TOTAL DOS IMÓVEIS RECEBIDOS		R\$ 5.542.777,79

7 – FUNDO DE SUSTENTABILIDADE

Do montante registrado em Aplicações Financeiras, **R\$ 19.541.196,34** estão classificados no Ativo Não Circulante, em contrapartida do Passivo Não Circulante, referindo-se à aplicação do Fundo de Sustentabilidade da entidade, que tem como finalidade a manutenção da mesma ao longo dos anos conforme mencionada na nota nº13.

O aumento verificado no exercício de 2.019, refere-se ao novo recebimento em 17/09/2019, por conta de Doações financeiras do Legado de Carlos Eduardo Secco, no montante de R\$ 9.828.134,00 e da Receita Financeira auferida sobre o total aplicado no exercício. Na sequência o detalhamento da composição do Fundo de Sustentabilidade:

	2019	2018
NÃO CIRCULANTE - FUNDO DE SUSTENTABILIDADE	19.541.196,34	9.143.333,20
CEF CDB FLEX EMPRESARIAL (FS)	0,00	1.623.152,77
BANRISUL AG.0025 CONTA 06.015674.0-2 - SUPER CDB	0,00	1.572.155,42
BRADESCO AG.07192 CONTA 0035899-1 - FIC FI DI LP	0,00	528.048,31
BRADESCO/HSBC AG.07192 CONTA 0038597-2 - FI RF DI LP TIT PUB	0,00	260.853,07
BANCO BRASIL AG.5745-2 CONTA 103000-0 - DI 500 MIL	0,00	829.049,52
BANRISUL AG.0025 CONTA 06.118538.0-0 SUPER CDB DIARIA	0,00	1.147.211,34
BANRISUL AG.0025 CONTA 06.118538.0-0 LETRA FINANCEIRA	2.283.931,66	2.149.380,96
BRADESCO AG.7192 CONTA 0035899-1 BRAD FICFIRF	0,00	1.033.481,81
BRADESCO APLICAÇÕES FINANCEIRAS CUSTÓDIA RENDA FIXA – PÓS	14.551.608,71	0,00
BRADESCO APLICAÇÕES FINANCEIRAS CUSTÓDIA RENDA FIXA – INFLAÇÃO	2.317.183,84	0,00
BRADESCO APLICAÇÕES FINANCEIRAS CUSTÓDIA RENDA VARIÁVEL	388.472,13	0,00

8 - INVESTIMENTOS

Em 15 de março de 2006, conforme certidão do Sétimo Cartório de Família e Sucessões foi homologada no auto de partilha do legado deixado em testamento pelo fundador da Entidade Sr. Geraldo Tollens Linck. A partilha correspondente à Entidade deu-se em 640.000 ações

ordinárias nominativas, equivalentes então a 24% das ações ordinárias da sociedade Barlavento S/A ou 8% das ações totais da Empresa. Este percentual, em dez/2012, modificou-se pelo cancelamento de ações preferenciais nominativas, mantidas em tesouraria, sem redução de valor, passando a constituir-se em 11,25% das ações totais da Investida. O percentual de 24% de ações ordinárias nominativas não se alterou.

Em 07 de dezembro de 2017 foi realizado Contrato de Permuta de Ações entre a Fundação Projeto Pescar, Bombordo Participações Ltda e a interveniente anuente Barlavento S.A., com a permuta de 640.000 ações ordinárias da interveniente anuente por igual número de ações preferenciais, sem impacto financeiro. O presente termo consagra a condição da Fundação Projeto Pescar, nunca ter detido qualquer poder de gestão e controle acionário da investida.

Em 31 de dezembro de 2019, este investimento em ações, que são avaliadas ao método do custo, menos quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável que possam vir a serem reconhecidas, considerando que a Investidora não exerce, comprovadamente, qualquer influência significativa ou não na administração da Investida, permanece contabilizado pelo valor declarado para fins do inventário, no montante de R\$ 981.361,93, o mesmo valor constante nas Demonstrações Contábeis de 31.12.2018.

9 – IMOBILIZADO

Neste exercício foi realizado o Inventário Patrimonial de todos os bens componentes do Ativo Imobilizado da Instituição. A administração entende que todos os valores registrados expressam a realidade.

IMOBILIZADO					
	TAXA DE DEPRECIACAO ANUAL	SALDO EM 31.12.2018	ADIÇÕES EM 2019	BAIXAS EM 2019	SALDO EM 31.12.2019
Computadores e Periféricos	20%	160.566,08	4.216,90	-	164.782,98
Móveis e Utensílios	10%	40.650,96	-	-	40.650,96
Equipamentos Eletrônicos	10%	43.056,04	341,91	-	43.397,95
Veículos	20%	70.220,70	-	-	70.220,70
Computadores e Periféricos - Comodato	20%	204.511,65	-	-	204.511,65
(-) Depreciação Acumulada Pescar Normal	-	-489.122,72	-	-	-507.820,25
SUBTOTAL		29.882,71	4.558,81	-	15.743,99
IMOBILIZADO - PARCERIA MIN.PÚBL.TRABALHO:					
Computadores e Periféricos	20%	3.194,78	-	-	3.194,78
Móveis e Utensílios	10%	2.700,00	-	-	2.700,00
(-) Depreciação Acumulada	-	- 222,86	-	-	-1131,74
SUBTOTAL		5.671,92	-	-	4.763,04
IMOBILIZADO - PROJETO FUNCRIANCA					
COMPUTADORES E PERIFERICOS	20%	-	9.543,00	-	9.543,00
(-) Depreciação Acumulada	-	-	-	-	- 954,30
SUBTOTAL		-	9.543,00	-	8.588,70
TOTAL GERAL		35.554,63	14.101,81	-	29.095,73

10 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS		
	2019	2018
Salários a Pagar	1.276,00	-
Banco de horas a pagar	13.224,77	16.089,09
Contribuição Sindical a pagar	-	331,93
FGTS a pagar	29.631,61	-
INSS a pagar	23.905,88	-
TOTAL	68.038,26	16.421,02

11. OBRIGAÇÕES FISCAIS

OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		
	2019	2018
IRRF 0561 a Recolher	24.238,88	-
IRRF 1708 a recolher	344,79	15,60
IRRF 3280 a Recolher	34,95	-
PIS/COFINS/CSLL a pagar	1.092,09	24,38
TOTAL	25.710,71	39,98

12 - CONTINGÊNCIAS

A Entidade obteve êxito no Processo que moveu relativo ao PIS – Folha de Pagamento, conforme Ação Ordinária nº 2008.71.00.028239-2/RS, ficando isenta do tributo em questão, através de decisão da Justiça Federal da 4ª região, em 28 de abril de 2009. Frente ao equivocado cancelamento, pelo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, este concedido pelo processo nº 440006.002752/2002-59, para o período de 27-09-2004 a 26-09-2007, a Fundação promoveu Ação judicial nº 5008077-81.2012.4.04.7100, obtendo da 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por maioria de votos, o reconhecimento como entidade destinatária do CEBAS e imune às contribuições sociais. Decisão que foi ratificada, por decisão unânime (seis Desembargadores Federais) da 2ª Seção do TRF 4 após oposição de Embargos Infringentes pela União. A Receita Federal do Brasil, sem aguardar o desfecho judicial e do Recurso Administrativo, operou o lançamento de crédito tributário, exigindo o recolhimento da Contribuição Previdenciária Patronal e relativo aos Terceiros envolvendo o período de 01/01/2009 a 31/12/2012, no montante de R\$ 2.014.749,34. A tais lançamentos a Fundação apresentou impugnações, as quais tramitam no CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

13 - FUNDO DE SUSTENTABILIDADE

Com base no que preconiza a Resolução CFC 1.409 de 21/09/2012 a Entidade tem registrado em seu Passivo Não Circulante a importância de R\$ 19.541.196,34 referente ao Fundo de sustentabilidade da mesma, que servirá como lastro para a manutenção das atividades dela ao longo dos anos, estando a utilização desses, vinculado a critérios específicos e a prévia autorização do Conselho Curador.

Em função dessa sistemática todo o rendimento financeiro das aplicações que lastreiam essa reserva deixa de ser registrado como Receita Financeira e passa a fazer parte do Fundo de Sustentabilidade.

Baseado em aprovação de 28/11/2019, do Conselho Curador, em 30/12/2019 foi feito um resgate de R\$ 450.000,00, da Aplicação Sustentabilidade mantida na conta de Custódia do

Banco Bradesco s/a. Deste valor, foi R\$ 310.292,54 utilizado para a cobertura do Déficit Operacional do exercício, restando um excedente de R\$ 146.272,27, o qual fica contingenciado para compensação no exercício de 2020.

Resgate adicional foi efetuado, no valor de R\$ 6.564,81, para suportar a despesa de comissionamento devida a empresa gestora das aplicações financeiras do Fundo de Sustentabilidade.

14 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido da Entidade está compreendido pelo Patrimônio Social e os Resultados produzidos. Em caso de extinção da Entidade, seu Patrimônio deverá ser revertido para uma Entidade congênere no País, qualificada como organização de sociedade civil de interesse público, nos termos da Lei 9.790/99.

15 - RECEITA OPERACIONAL DA ATIVIDADE

As informações relacionadas ao cumprimento dos requisitos das isenções das contribuições sociais, conforme previsto na Lei 12.101/2009 são as que seguem abaixo:

a. Doações

As doações em dinheiro e bens recebidas pela Entidade em 2019, de pessoas físicas e jurídicas, correspondem a R\$ 5.183.172,71 (R\$ 2.847.592,30 em 2018).

b. Trabalho Voluntário:

Conforme determina a Resolução 1.409/12 do CFC a entidade passou a reconhecer como Receita o trabalho voluntário pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, tendo esse valor totalizado em 2019 a importância 546.490,97. O trabalho foi realizado por 1.808 Voluntários, totalizando uma carga horária de 29.507 horas.

c. Projetos de Subvenções:

A Entidade recebeu em subvenções durante o ano de 2019, valores referentes aos Projetos: Bancos Itau e Banrisul, FUNCRIANÇA, Unidade TOPCAR/MOTUL, Convênios Ministério Público do Trabalho e SULGAS sendo os mesmos registrados

inicialmente no Passivo, e somente transferidos para Receita, quando da realização das despesas previstas pelo convênio.

Em 31/12/2019 partes dos recursos recebidos já haviam sido utilizados e as prestações de contas entregues. Portanto, restam saldos remanescentes a realizar, conforme demonstrado a seguir:

PROJETOS ESPECIAIS	2019	2018
PROJETO ITAÚ	3.537,43	5.497,39
PROJETO FUNCRIANÇA	10.279,10	109,08
PROJ.TOPCAR/MOTUL	42.842,57	45.636,69
CONVÊNIO MPT - 06.123177.0-8	72.845,57	238.158,06
BANRISUL AG.0025 CTA 06.123756.0-0 - PROJ.SULGAS	40.890,02	
CONVÊNIO MPT - 06.124057.1-2	72.496,68	
CONVÊNIO MPT - 06.124342.0-8	200.471,96	
	443.363,33	289.401,22

d. Apresentação das Despesas para o Desenvolvimento da Atividade Assistencial

BASE PARA APURAÇÃO DE % DE APLICAÇÃO DE RECURSOS	2019	2018
Receitas Totais	5.678.730,18	3.227.928,49
Despesas Totais com Atividade Assistencial	5.517.079,81	3.103.137,06
Percentual de Despesas em Relação a Receita	97,15%	96,13

DESPESAS TOTAIS C/ATIVIDADE ASSISTENCIAL DA ENTIDADE	2019	2018
Porprojeto Funcriança	622.588,54	157.079,53
Projeto Especial Banrisul	50.104,21	-
Projeto TOPCAR/MOTUL	30.428,32	-
Parceria - Ministério Público do Trabalho - MPT	171.529,77	-
Projeto SULGAS	171.738,83	-
Unidade Pescar - Demais Projetos	-	137.685,23
Despesas C/Pessoal	3.463.681,01	2.121.699,57
Despesas Administrativas	999.597,42	683.578,21
Despesas Financeiras	7.411,71	3.094,52
(-) Trabalho Voluntário	- 546.490,97	- 471.523,48
Trabalho Voluntário	546.490,97	471.523,48
TOTAL	5.517.079,81	3.103.137,06

16. DESPESAS DA ATIVIDADE

As despesas com as atividades estão distribuídas a seguir:

16 a) DESPESAS C/ PESSOAL

DESPESAS COM PESSOAL	2019	2018
Despesas com Pessoal	1.857.203,58	1.304.571,53
Férias e 13º salário	569.515,84	301.872,93
Assistência Médica	244.667,36	112.636,31
Assistência Alimentar	318.723,33	175.951,61
Vale Transporte	76.552,86	32.097,55
Encargos Trabalhistas	297.518,80	157.427,75
Contribuição Previdenciária	796.779,33	454.236,25
(-) Isenção Cota Patrimonial	- 796.779,33	- 454.236,25
Outras despesas	99.499,24	37.141,89
TOTAL	3.463.681,01	2.121.699,57

A variação nas Despesas com Pessoal ocorreu devido a alteração no regime de contratação dos Educadores Sociais, conforme determinado pela Instrução Normativa SIT Nº 146 DE 25/07/2018, passando estes a serem contratados diretamente pela Fundação e não mais pelas empresas mantenedoras. No ano de 2019 foram contratados 22 Educadores Sociais.

16 b) DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	2019	2018
Serviços de Terceiros e Consultorias	137.600,20	93.729,55
Viagens e Deslocamento	304.160,72	195.073,40
Comunicação e Publicidade	6.000,00	43.337,13
Conservação e Manutenção	3.498,94	3.879,49
Depreciação e Amortização	18.697,53	37.006,28
Locações	38.109,84	10.931,31
Alimentação	159.289,00	54.412,50
Indenizações	171.257,00	-
Outras Despesas	160.984,19	245.208,55
TOTAL (Nota 14 b)	999.597,42	683.578,21

Em consequência da alteração no regime de contratação dos Educadores Sociais (vide Nota 16a), com suas despesas suportadas pela Fundação, em especial as de Viagem e de Alimentação tiveram significativo aumento.

Para além do anterior, a Fundação indenizou uma Parceira, das despesas com sua Unidade, devido à desistência da mesma em seguir absorvendo os custos daquela Unidade.

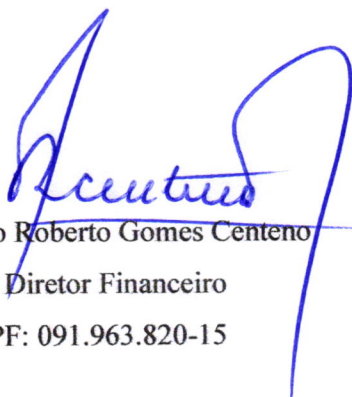
17. SEGUROS CONTRATADOS

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente.

18. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

O pessoal-chave da administração engloba, os Conselheiros Curadores, os Conselheiros Fiscais e os Diretores, os quais realizam seu trabalho de forma voluntária e gratuita.

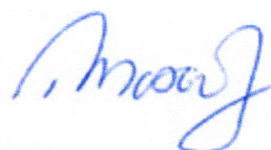
Porto Alegre, 31 de dezembro de 2019.



Paulo Roberto Gomes Centeno

Diretor Financeiro

CPF: 091.963.820-15



Patrimonial Assessoria Contábil Ltda.

CRC-RS 2.781 CNPJ 92308691/0001-03

Resp. Téc.Cont.Roberto da Silva Medeiros

CRC/RS 41.215/O-2 CPF: 407.347.650-53